TECNOLOGIA E GESTÃO

SUSTENTABILIDADE NAS ESTRATÉGIAS DE NEGÓCIOS

JOSÉ CARLOS PEDREIRA DE FREITAS
Consultor e sócio-gerente da HECTA

ACOMPANHAMOS, HÁ muitos anos, a evolução e a modernização de algumas empresas e entidades de ponta do agro brasileiro. Mais recentemente, aprofundamo-nos no exame de modelos de inserção da sustentabilidade no *core business* de suas estratégias de negócios. O acolhimento inteligente desse conceito representa, cada vez mais, uma importante estratégia de geração de valor e vantagem competitiva no setor.

O desafio da efetiva adoção de boas práticas e da identificação de atributos representa acesso a mercados, ganhos de competitividade e melhores resultados. Isso significa transferir a sustentabilidade da coluna do passivo para a coluna do ativo.

Constatamos, de forma crescente, uma clara percepção das aceleradas mudanças na sociedade e nos mercados no sentido de olhar as dimensões social e ambiental nos modelos de negócios dos empreendimentos da cadeia do agro.

Trata-se, como nos lembra Michael Porter, da Harvard Business School, de juntar a estratégia econômica à estratégia de sustentabilidade e responsabilidade social corporativa.

Assim, apesar de ser um processo vagaroso, deixamos de produzir itens como a carne, o café, o cacau e o açúcar, entre outros, na forma de *commodities* para buscar produtos diferenciados e de alto valor agregado. Como exemplo prático, podemos citar o café *gourmet*, considerado especial, produzido a partir da adoção de boas práticas, colhido à mão ou mecanicamente, processado e vendido de forma diferenciada. Na carne, aos quesitos de qualidade (maciez, suculência e sabor) adicionam-se aqueles de sustentabilidade relacionados às boas práticas de produção, como bem-estar animal e manejo adequado das pastagens.

Casos emblemáticos no nosso agro tropical são os modelos desenvolvidos ou apenas aprimorados aqui, como o plantio direto na palha (65 milhões de hectares anuais, com sequestro de mais do que o total de emissões causadas pelo sistema Petrobras) e a integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF – 12 milhões de hectares).

Tudo isso envolve mais tecnologia e estudos para tornar essas práticas viáveis do ponto de vista econômico. Considerando que os nossos indicadores econômico-financeiros não levam em conta os impactos ambientais e sociais (também conhecidos como externalidades), esses processos são aparentemente mais caros, apesar de causarem menores impactos. No longo prazo, no entanto, a taxa de retorno é compensatória, à medida que esses mercados se desenvolvem e reconhecem os benefícios sociais e ambientais desses novos modelos de produção.

Importa destacar a máxima de que não se pode gerenciar o que não é mensurável. Ademais, a mudança aqui preconizada requer um sistema de gestão que incorpore indicadores que exprimam e quantifiquem essas externalidades positivas, permitindo a permanente mensuração, verificação e relato (MVR).

Por outro lado, não faz sentido demonizar a agricultura convencional, já que tudo é parte de um mesmo agro. Devemos reconhecer os seus enormes avanços nas últimas décadas, alterando nossa condição inicial de importadores de insumos, máquinas e alimentos para a atual posição de terceiro maior exportador líquido de alimentos.

Fizemos uma verdadeira revolução agrícola, inédita no mundo tropical. Temos, agora, de incorporar novos paradigmas nos nossos modelos de produção.

Para finalizar, quais seriam os ganhos das empresas e das organizações do agro na adoção de modelos sustentáveis de negócios?

- Redução de riscos e custos de capital;
- Acesso a novas fontes de financiamento;
- Acesso e manutenção de novos mercados;
- Resposta às pressões externas e validação sempre da sua "licença para operar";
- Equilíbrio de interesses divergentes (acionistas e demais *stakeholders*);
- Garantia de perpetuidade, ganhos de marca, reputação e retenção de talentos;
- Geração de valor das empresas;
- Alcance de melhores resultados.

Lembrando sempre que não basta fazer; é preciso ter a intenção de fazer. Será sustentável se for 'para todos' e 'para sempre'. ■

LIGA DO ARAGUAIA

Movimento iniciado em novembro de 2014 por pecuaristas do vale do médio Araguaia, liderados pelo Grupo Roncador em parceria com organizações públicas e privadas, tem por objetivos:

- Promover a intensificação sustentável da pecuária de corte da região a partir da recuperação de pastagens degradadas e da redução da pressão pela abertura de novas áreas;
- Replicar práticas de pecuária sustentável com atividades de fomento e capacitação (dias de
- campo e oficinas);
- Adotar e monitorar a adoção de práticas para a redução de emissões de gases do efeito estufa (GEE);
- Conservar e restaurar Áreas de Preservação Permanente (APPs) e áreas de Reserva Legal (RL), com a interligação de fragmentos florestais;
- Diferenciar e agregar valor aos produtos e aos serviços das atividades pecuárias da região.

PROJETO CARBONO ARAGUAIA (PARCERIA COM A DOW/CORTEVA)

Voltado ao monitoramento da redução de emissões de GEE resultantes da adoção de práticas de pecuária sustentável no nível prático em 24 fazendas (82.000 hectares).

PROJETO CAMPOS DO ARAGUAIA (PARCERIA COM A TNC E APOIO DO IDH)

Apoio às atividades de intensificação sustentável e regularização ambiental num conjunto de 33 produtores, em cinquenta propriedades, para:

- Restauração e reforma de pastagens em 47 mil hectares até 2022;
- Conservação de 10 mil hectares de APP e restauração de 2 mil hectares de APPs degradadas;
- Conservação de 54 mil hectares de RL e 10 mil hectares de excedentes de RL, totalizando 64 mil hectares destinados a conservação;
- Regularização de 2 mil hectares de RL faltante nos imóveis rurais.

PROJETO GARANTIA ARAGUAIA (PARCERIA COM O IMAFLORA)

Desenvolvimento de ferramentas de MRV relacionadas às práticas produtivas e socioambientais de produtores rurais para futuras conformidade e certificação.

PROJETO CBC ARAGUAIA (PARCERIA COM A EMBRAPA)

Acordo de cooperação com o Centro Nacional de Pesquisa de Gado de Corte (CNPGC/Embrapa Gado de Corte), em Campo Grande-MS, para examinar a viabilidade técnica dos sistemas de intensificação e de integração lavoura-pecuária para a mitigação de GEE, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Embrapa para o selo Carne Carbono Neutro (CCN), para validação e futura certificação.